

Classificação						Rubricas	Em contos	
Orgânica			Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações
Capítulo	Divisão	Sub-divisão		Código	Alinea			
03	04	06				Marinha		
						Superintendência dos Serviços do Material		
						Fábrica Nacional de Cordoaria		
				01.00		Remunerações certas e permanentes:		
			8.03.2	01.09		Pessoal civil contratado	-	1 500
				01.40		Salários do pessoal dos quadros	-	2 000
				01.46		Subsídios de férias e de Natal	-	1 000
				10.00		Prestações directas — Previdência Social:		
				10.03		Outras prestações directas:		
				10.03	1	Subsídios a pessoal tarefeiro	4 500	-
	05	03				Superintendência dos Serviços Financeiros		
						Direcção da Fazenda Naval — Encargos gerais da Marinha		
				10.00		Prestações directas — Previdência Social:		
				10.02		Encargos com a saúde:		
			2.03.0	10.02	3	Assistência na doença aos militares da Armada	40 000	-
				23.00		Bens não duradouros — Combustíveis e lubrificantes	-	40 000
				31.00		Aquisição de serviços — Não especificados:		
				31.00	B	Outras despesas	-	40
				42.00		Transferências — Particulares:		
				42.00	2	Diversos	40	-
	12	03				Direcção-Geral de Marinha		
						Departamentos e capitanias		
				31.00		Aquisição de serviços — Não especificados:		
			8.01.0	31.00	B	Outras despesas	-	24
				42.00		Transferências — Particulares:		
				42.00	1	Diversos	24	-
						<i>Total do capítulo 03</i>	44 564	44 564
						<i>Total das transferências</i>	661 265	661 265

Nos originais dos processos relativos às alterações orçamentais constantes da presente declaração constam os despachos ministeriais para a sua concretização.

2.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 19 de Dezembro de 1988. — O Director, *João da Graça Fernandes*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Portaria n.º 23/89

de 13 de Janeiro

O Decreto-Lei n.º 193/87, de 30 de Abril, procedeu à revisão dos escalões em que se integra a carreira de adjunto técnico, afeiçoando-os ao novo ordenamento geral de carreiras instituído pelo Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 6.º e em conformidade com as normas dos artigos 1.º, 2.º e 3.º, todos do Decreto-Lei n.º 193/87, de 30 de Abril:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, o seguinte:

1.º No quadro de pessoal da Direcção-Geral de Cooperação, que constitui o anexo II à Portaria n.º 411/87, de 15 de Maio, é criado um lugar correspondente à categoria de técnico-adjunto especialista de 1.ª classe, letra G, da carreira técnico-profissional, nível 4.

2.º O lugar de adjunto técnico principal, letra H, e o que lhe corresponde em função de transição serão extintos quando vagarem.

3.º A presente portaria entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.

Assinada em 2 de Janeiro de 1989.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, *José Manuel Durão Barroso*, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PISCAS E ALIMENTAÇÃO

Portaria n.º 24/89

de 13 de Janeiro

Com fundamento no disposto nos artigos 19.º a 27.º da Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto, e 56.º a 59.º, 65.º a 67.º, 71.º a 76.º, 79.º e 80.º do Decreto-Lei n.º 274-A/88, de 3 de Agosto;

Ouvido o Conselho Nacional da Caça e da Conservação da Fauna e dispensada a audição do conselho cinegético e de conservação da fauna regional respectivo, por não estar ainda legalmente constituído:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, o seguinte:

1.º Ficam sujeitas ao regime cinegético especial as propriedades denominadas Herdades da Charneca (578,3750 ha), Vila Ruiva (143,30 ha), Monte do Conde (127,60 ha), Monte do Tocho (55,60 ha), Monte Velho (116,90 ha), Monte da Pereira (221,7250 ha), Coutada (3,60 ha), Monte do Conde (1,4250 ha), dos Quartéis (2,9750 ha) e Monte da Ribeira (291,2750 ha), da freguesia da Luz, do concelho de Mourão, e as Herdades dos Castelhanos Novos (395,4767 ha) e Olival dos Frechotes (11,0850 ha), da freguesia da Póvoa, do concelho de Moura, com uma área total de 1949,3167 ha, constantes da planta anexa a este diploma.

2.º Nesta área é concedida à Associação de Caçadores para o Fomento Cinegético e Piscícola — Monte da Fonte dos Arcos a exploração de uma zona de caça associativa (processo n.º 31 da Direcção-Geral das Florestas) por um período de seis anos.

3.º Nesta zona de caça é facultado o exercício venatório a todos os membros desta Associação, com observância das regras legais e das suas normas estatutárias e regulamentares.

4.º Nesta zona de caça, a Associação de Caçadores para o Fomento Cinegético e Piscícola — Monte da Fonte dos Arcos, entidade responsável pela sua gestão, fica obrigada a cumprir e fazer cumprir o plano de ordenamento e exploração cinegético aprovado pela Direcção-Geral das Florestas, nomeadamente no respeitante aos limites anuais de cada uma das espécies, períodos, processos e meios de caça respectivos.

5.º A entidade concessionária fica ainda obrigada a fazer cumprir as disposições legais e regulamentares da legislação da caça, respondendo pelo cumprimento dessas normas, sem prejuízo da responsabilidade pessoal dos infractores.

6.º A linha perimetral desta zona de caça é obrigatoriamente sinalizada pela forma definida na Portaria n.º 697/88, de 17 de Outubro.

7.º As propriedades que integram esta zona de caça, nos termos do disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei

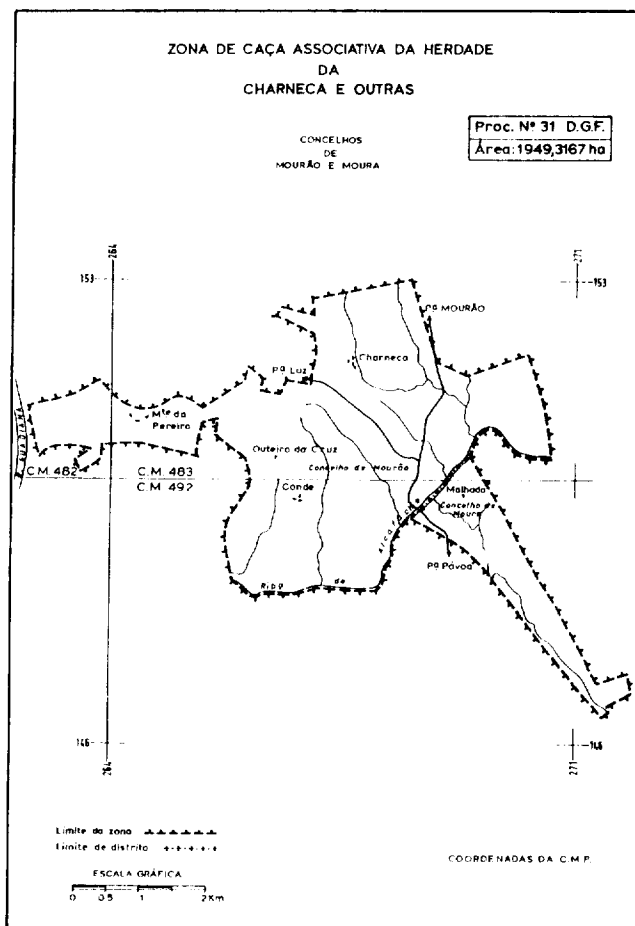
n.º 274-A/88, para efeitos de polícia e fiscalização da caça, ficam submetidas ao regime florestal, obrigando-se a concessionária a manter um guarda florestal auxiliar dotado de meio de transporte.

8.º Esta concessão é renovável nos termos do disposto no artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 274-A/88.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 28 de Dezembro de 1988.

Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, *Álvaro dos Santos Amaro*, Secretário de Estado da Agricultura.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Portaria n.º 25/89

de 13 de Janeiro

Considerando as vantagens que decorrem da adopção, sempre que possível, de metodologias uniformes relativamente às aprovações e demais actos administrativos, designadamente os previstos no artigo 2.º, n.º 2, alínea b), do Decreto-Lei n.º 210-C/84, de 29 de Junho;

Não se justificando o estabelecimento de regimes particulares para o cálculo das taxas correspondentes, no âmbito do artigo 12.º do citado decreto-lei;

Tendo presente a existência, no âmbito do Sistema Nacional de Gestão da Qualidade, da Portaria n.º 126/86, de 2 de Abril, e seu anexo, que, respecti-